



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

2012

CARTA DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos, para apreciação, o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Sociedade, com Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.

Vale ressaltar que as demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

A Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A. reafirma seu compromisso com o desenvolvimento do país, ao tempo que agradece a todos os seus Acionistas, Conselho de Administração, colaboradores, clientes, fornecedores e os Governos Municipais, Estadual e Federal.

Marco Geovanne Tobias da Silva

Presidente do Conselho de Administração

HISTÓRICO

A Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A. (Afluentes T) foi constituída em 18/08/2008, originalmente sob a denominação de Imanisse Participações S.A., com o único objetivo social de participar em outras sociedades na condição de acionista ou quotista.

Em 31 de dezembro de 2008, a Neoenergia S.A. adquiriu a totalidade das ações de emissão da Afluentes T, com o propósito único e exclusivo de utilizar tal companhia no processo de reorganização das atividades econômicas da Afluentes Geração de Energia Elétrica S.A., agilizando, assim, aspectos práticos relativos a tal reorganização, como a submissão prévia à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e obtenção da necessária aprovação para realização dessa operação.

A operação referida acima foi estruturada de forma a permitir a reorganização das atividades de geração e transmissão de energia elétrica até então desenvolvidas exclusivamente pela Afluentes G&T, operando-se uma cisão parcial dessa companhia com a versão, para a Afluentes T, dos ativos e passivos relativos às atividades de transmissão de energia elétrica ("Cisão Parcial").

No dia 1º de dezembro de 2009, a ANEEL através da Resolução Autorizativa nº 2.219, autorizou a transferência das concessões de transmissão, da Afluentes Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A., com a versão de todos os ativos de transmissão, descritos no Contrato de Concessão de Transmissão, e passivos a ele vinculados, para Afluentes T.

Atualmente a Companhia tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeto, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

Em 12 de abril de 2010, foi assinado o Contrato de Concessão nº 001/2010 da Afluentes T.

Em especial o contrato de concessão da Afluentes T, prevê mecanismo de revisão tarifária a cada 5 anos, a partir da sua data de assinatura, excepcionalmente a 1ª revisão ocorreu em 1º de julho de 2010, conforme 1ª subcláusula da cláusula 7ª do Contrato.

DESEMPENHO OPERACIONAL

TRANSMISSÃO DE ENERGIA - OPERAÇÃO

Com potência instalada de 600 MVA, é composta por ativos instalados nas Subestações de Tomba, Funil, Brumado II, Itagibá, Ford, Pólo e Camaçari, além de 450 km de Linhas de Transmissão.

Em 15/05/2011 e 20/06/2011 foi concluída a Instalação do 2º Reator da Subestação de Brumado II e 1º Reator da Subestação de Itagibá, respectivamente.

Em 31 de maio de 2011 foi emitida a Resolução Autorizativa 2.920 da ANEEL para remanejamento das Linhas de Transmissão Camaçari II/Pólo e Governador Mangabeira/Tomba, e as ações para execução das obras estão em andamento com previsão de conclusão em agosto/2013.

INVESTIMENTOS

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – P&D

Em 2012 foram investidos aproximadamente R\$ 256 mil no desenvolvimento de 5 (cinco) Projetos de P&D cooperados com outras empresas. Todos os projetos cumprem a Resolução Normativa da ANEEL nº 316/2008.

Neste ano, a Afluentes T participou com a apresentação de seus projetos nos encontros de P&D promovidos pela Termope e Itapebi.

Conforme estabelece a Resolução Normativa da ANEEL nº 316 de 13 de maio de 2008, as informações sobre os programas de pesquisa e desenvolvimento da empresa estarão disponíveis a partir de março de 2012, no portal eletrônico www.afluentes.com.br/transmissao.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Indicadores empresariais	Variação %		
	2012	2011	2012/2011
Indicadores econômicos			
Receita operacional bruta	34.553	38.525	(10,31)
Receita operacional líquida	28.242	32.008	(11,77)
EBITDA	17.167	20.409	(15,89)
Resultado do serviço	17.167	20.410	(15,89)
Resultado financeiro sem juros sobre capital próprio	2.717	3.379	(19,59)
Lucro líquido	17.691	21.162	(16,40)
Margem EBITDA	60,79%	63,76%	(2,98) p.p.
Margem operacional	60,79%	63,77%	(2,98) p.p.
Margem líquida	62,64%	66,11%	(3,47) p.p.
Indicadores financeiros			
Ativo total	93.210	92.069	1,24
Patrimônio Líquido	79.668	81.257	(1,96)
Investimentos	3.101	2.938	5,56
Dívida total líquida das disponibilidades e aplicações em títulos	(35.227)	(33.152)	6,26
Dívida total líquida/EBITDA (*)	(2,052)	(1,624)	26,33
Dívida total líquida/(Dívida total líquida + Patrimônio líquido)	(0,793)	(0,689)	15,02
Dívida de curto prazo líquida/Dívida total líquida	1,098	1,120	(1,97)
Patrimônio líquido/Ativo total	0,855	0,883	(3,16)

(*) EBITDA - Análise dos últimos 12 meses.

Em atendimento a Instrução CVM nº 527 de 4 de outubro de 2012 que rege sobre a divulgação voluntária do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) segue detalhamento abaixo:

Conciliação EBITDA	Conforme Inst. CVM 527/2012		Variação % 2012/2011
	2012	2011	
Lucro líquido	17.691	21.162	(16,40)
Despesas financeiras	337	558	(39,61)
Receitas financeiras	(3.054)	(3.937)	(22,43)
Imposto de renda	2.193	2.627	(16,52)
Amortização/depreciação	-	(1)	(100,0)
EBITDA	17.167	20.409	(15,89)

Conforme Art. 4º da mesma instrução a Companhia pode optar por divulgar os valores do LAJIDA e do LAJIR excluindo os resultados líquidos vinculados às operações descontinuadas, como especificado no Pronunciamento Técnico CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, e ajustado por outros itens que contribuam para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa. Esta divulgação deve ser sempre indicada pelo termo "ajustado".

Informamos que não há divergências entre a forma apresentada pela Companhia e conforme a Instrução CVM nº 527.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social subscrito e integralizado, de R\$ 63,085 milhões, é representado por 63.085 milhares de ações ordinárias (ON). Desse total 87,8% pertence à controladora Neoenergia, 8,5% ao grupo espanhol Iberdrola, 2,3% ao Fundo de Pensão PREVI e 1,4% aos demais acionistas.

AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, para prestação de serviços de auditoria externa de suas demonstrações contábeis, bem como para a revisão de informações contábeis em atendimento às exigências do Órgão Regulador, ANEEL, e de contratos de financiamentos, por um período de 2 (dois) anos, iniciado em setembro de 2012. A Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes desde então não prestou serviços não relacionados à auditoria independente que superassem 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

A política de atuação da Companhia, quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto à empresa de auditoria se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor.

AGRADECIMENTOS

Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos acionistas, aos Senhores membros do Conselho de Administração, aos nossos clientes e fornecedores, aos nossos Governos Municipais, Estadual e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL	Em milhares de reais	
	31/12/12	31/12/11 (Reclassificado)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício (antes dos impostos)	19.884	23.789
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	187	180
	20.071	23.969
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS		
Contas a receber de clientes e outros	92	(759)
IR e CSLL a recuperar	(820)	(806)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	(235)	(514)
Depósitos judiciais	-	(6)
Despesas pagas antecipadamente	(82)	(57)
Partes relacionadas	4.258	(1.936)
Concessão serviço público (ativo financeiro)	4.298	1.707
Outros ativos	(4.434)	-
	3.077	(2.371)
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS		
Fornecedores	3.077	(2.354)
Salários e encargos a pagar	-	(126)
Encargos de dívidas e swap pagos	(219)	(1.411)
Taxas regulamentares	(218)	(308)
Impostos e contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	57	(393)
Partes relacionadas	1.086	-
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) pagos	(1.762)	(1.353)
Outros passivos	65	-
	2.086	(4.675)
	25.234	16.923
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
Concessão serviço público (ativo financeiro)	(3.102)	(5.223)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	-	(2.673)
Resgate de títulos e valores mobiliários	424	(26.420)
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(2.678)	(34.316)
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
Captação de empréstimos e financiamentos	-	4.210
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(219)	26.420
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(20.089)	(15.728)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(20.308)	14.902
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes no início do exercício	34.728	37.219
Caixa e equivalentes no final do exercício	36.976	34.728
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	2.248	(2.491)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Receitas	Em milhares de reais	
	31/12/12	31/12/11 (Reclassificado)
Vendas de energia, serviços e outros	34.553	38.525
	34.553	38.525
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, serviços de terceiros e outros	(10.889)	(11.343)
	(10.889)	(11.343)
Valor adicionado bruto	23.664	27.182
Depreciação e amortização	-	1
Valor adicionado líquido	23.664	27.183
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	3.054	3.937
	3.054	3.937
Valor adicionado total a distribuir	26.718	31.120
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	-	-
Convênio assistencial e outros benefícios	2	-
Subtotal	2	-
Impostos, taxas e contribuições		
PIS/COFINS sobre faturamento	1.305	1.279
Imposto de renda e contribuição social	2.193	2.627
Obrigações intra-setoriais	5.039	5.429
Outros	137	59
Subtotal	8.674	9.394
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e variações cambiais	337	558
Aluguéis	14	6
Subtotal	351	564
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos distribuídos	12.604	5.026
Dividendos propostos	4.202	15.078
Lucro retido (reserva legal)	885	1.058
Subtotal	17.691	21.162
Valor adicionado distribuído	26.718	31.120

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2.5 - Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:
• Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
• Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.6 - Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (os mantidos para negociação e os designados assim no reconhecimento inicial), empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Ativo				Passivo					
Notas	31/12/12		31/12/11		Notas	31/12/12		31/12/11	
CIRCULANTE									
Caixa e equivalentes de caixa	3	36.976	34.728	Fornecedores	8	3.208	131		
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	4	4.569	4.661	Empréstimos e financiamentos	9	533	258		
Títulos e valores mobiliários	5	2.249	2.673	Taxas regulamentares	10	91	297		
Impostos e contribuições a recuperar	6	1.091	757	Impostos e contribuições a recolher	11	807	1.027		
Estoques		214	214	Dividendos e juros sobre capital próprio	12	4.232	5.041		
Despesas pagas antecipadamente		186	104	Partes relacionadas	18	1.078	-		
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	7	29.338	27.064	Outros passivos circulantes		44	-		
Outros ativos circulantes		4.434	-	TOTAL DO CIRCULANTE		9.993	6.754		
TOTAL DO CIRCULANTE		79.057	70.201	NÃO CIRCULANTE					
				Empréstimos e financiamentos		3.465	3.991		
NÃO CIRCULANTE				Taxas regulamentares	10	55	67		
Impostos e contribuições a recuperar	6	33	20	Partes relacionadas		8	-		
Partes relacionadas		-	4.258	Outros passivos não circulantes		21	-		
Depósitos judiciais		6	6	TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		3.549	4.058		
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	7	14.013	17.483	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Investimentos		101	101	Capital social		63.085	63.085		
Outros investimentos		101	101	Reservas de lucro		3.978	3.094		
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		14.153	21.868	Proposta de distribuição de dividendos adicional		12.605	15.078		
				TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		79.668	81.257		
TOTAL DO ATIVO		93.210	92.069	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		93.210	92.069		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Notas	31/12/12		31/12/11		Reserva de Lucros	Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	Total do Patrimônio Líquido
RECEITA LÍQUIDA	14	28.242	32.008	Capital Social	63.085	2.036	65.121
CUSTOS DOS SERVIÇOS	15	(10.401)	(10.939)	Legal	-	-	-
LUCRO BRUTO		17.841	21.069	Lucros Acumulados	-	-	-
Despesas gerais e administrativas		(674)	(659)	Dividendos Distribuídos	-	-	-
LUCRO OPERACIONAL		17.167	20.410	Dividendos Adicionais	-	-	-
Receitas financeiras	16	3.054	3.937	Dividendos Intermediários	-	-	-
Despesas financeiras	17	(337)	(558)	Dividendos Propostos	-	-	-
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		19.884	23.789	Saldos em 31 de dezembro de 2011	63.085	3.094	66.179
Imposto de renda e contribuição social		(2.193)	(2.627)	Lucro líquido do exercício	-	-	



→ **Continuação**

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, concessão de serviço público e outros créditos.

a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros
A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

• Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

• Empréstimos e recebíveis
Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A apropriação no resultado ocorre pelo método de juros efetivos incluído na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As eventuais perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

• Investimentos mantidos até o vencimento
Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros
Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

• Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
• A Companhia transferir ou seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

b) Passivos financeiros
Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

b.1) Mensuração subsequente dos passivos financeiros
A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

• Empréstimos e financiamentos
Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

b.2) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros
Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.7 - Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.8 - Contas a receber de clientes e outros
Representam direitos oriundos da disponibilização do uso das linhas de transmissão, e conexão ao Sistema de Transmissão. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

2.9 - Títulos e valores mobiliários
São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas base das demonstrações contábeis, equivalentes ao seu valor justo.

2.10 - Recebíveis de concessão de serviço público
Refere-se ao direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente ou indiretamente, através da receita anual permitida (RAP) e da parcela de indenização do poder concedente ao final da concessão, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCP 05 - Contratos de concessão. O ativo financeiro é remunerado pela taxa interna de retorno do projeto que foi utilizada para desconto a valor presente do fluxo esperado de recursos incondicionais a serem recebidos ao longo da concessão e da parcela da indenização a ser recebida no retorno dos ativos ao poder concedente.

Os ativos financeiros são classificados como contas a receber (Recebíveis de Concessão de Serviços Públicos) e são mensurados pelo custo amortizado usando o método de juros efetivo, utilizado para a apuração da taxa interna de retorno do projeto. Conforme previsto no CPC 38 - Reconhecimento e mensuração.

O valor reconhecido do ativo financeiro, suas estimativas de fluxos de caixa futuros e taxas efetivas de juros, serão revisados trimestralmente, a cada data-base de reajuste anual pelo IGP/M, e na revisão tarifária, que ocorre a cada cinco anos. A próxima revisão tarifária está prevista para 2015.

2.11 - Investimentos
Representam quotas de direitos sobre a comercialização de obra audiovisual, que não se destinam ao objetivo da concessão e estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.

2.12 - Taxas regulamentares
a) Reserva Global de Reversão (RGR)
Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

b) Conta Consumo de Combustível (CCC)
Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas e; subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.

c) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)
Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

d) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)
São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

e) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)
Os valores da taxa de fiscalização incidem sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

2.13 - Distribuição de dividendos
A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio, não reclamados no prazo de três anos, são revertidos para a Companhia.

2.14 - Demais direitos e obrigações
Outros ativos e passivos, circulantes e não circulantes sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações financeiras. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável.

2.15 - Novos pronunciamentos contábeis
2.15.1 - Pronunciamentos técnicos revisados pelo CPC em 2012
Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01/01/2012.

Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações:

ICPC 08 (R1) – Contabilização da proposta de pagamento de dividendos – aprovado pela Deliberação CVM Nº 683, de 30 de agosto de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

ICPC 09 (R1) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial – aprovado pela Deliberação CVM nº 687, de 4 de outubro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 17 (R1)/IAS 11 - Contratos de Construção - aprovado pela Deliberação CVM nº 691, de 8 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.
CPC 30 (R1)/IAS 18 - Receitas - aprovado pela Deliberação CVM nº 692, de 8 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.
CPC 35 (R2)/IAS 27 - Demonstrações Separadas - aprovado pela Deliberação CVM nº 693, de 8 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.
CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação - aprovado pela Deliberação CVM nº 684, de 30 de agosto de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

2.15.2 - Pronunciamentos técnicos emitidos pelo IASB
Em junho de 2011, o *International Accounting Standards Board - IASB* emitiu os seguintes pronunciamentos contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita a partir de 01/01/2013:

IFRS 9 Instrumentos Financeiros - O IFRS 9 estabelece os princípios de divulgação de ativos e passivos financeiros que irão apresentar informações úteis e relevantes para avaliação dos valores, época e incertezas dos fluxos de caixa futuros.

IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas - O IFRS 10 inclui nova definição de controle na determinação de quais entidades serão incluídas nas demonstrações consolidadas de um grupo. O IFRS 10 substitui em parte o IAS 27 (CPC 36).

IFRS 11 Operações conjuntas - O IFRS 11 prescreve a contabilização para contratos nos quais existem controle conjunto. Consolidação proporcional não será mais permitida para empreendimentos conjuntos e/ou onde haja controle compartilhado.

IFRS 12 Divulgação de participação em outras entidades - O IFRS 12 determina as exigências de divulgação para controladas, controladas em conjunto e/ou empreendimentos conjuntos, coligadas e sociedades de propósito específico. O IFRS 12 substitui requerimentos previamente incluídos nos IAS 27 (CPC 35), IAS 31 (CPC 19) e IAS 28 (CPC 18).

Enquanto aguarda a aprovação das normas internacionais pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis Brasileiro, a Companhia está procedendo sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

3 - Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/12	31/12/11
Caixa e depósitos bancários à vista	68	66
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Fundos de investimento	36.908	34.662
Total	36.976	34.728

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização.

As aplicações financeiras são formadas, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, podendo conter diversos ativos tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.

4 - Contas a Receber de Clientes e Outros

	31/12/12	31/12/11
Títulos a receber	4.569	4.661
Total	4.569	4.661

(a) Referem-se principalmente ao serviço de transmissão cobrado através da Receita Anual Permitida (RAP); Contrato de Conexão ao sistema de transmissão com a Coelba e Acordo Operativo referente à prestação de serviço de manutenção na UHE Itaipue.

A composição dos prazos de vencimento:

Setor	Vencidos		Total	
	até 90 dias	Mais 90 dias	31/12/12	31/12/11
Setor público	604	-	604	782
Setor privado	3.109	10	3.965	3.879
Total	3.713	10	4.569	4.661

5 - Títulos e Valores Mobiliários

Agente financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	31/12/12	31/12/11
Banco do Brasil	(a)	Fundo BB Polo	(*)	CDI	2.249	2.673
Circulante					2.249	2.673

(*) diversos vencimentos
(a) Corresponde às aplicações no Fundo BB Polo, que não possuem condição de resgate antecipado.

6 - Impostos e Contribuições a Recuperar

	Ref.	31/12/12	31/12/11
Circulante			
Imposto de Renda - IR	(a)	226	156
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	(a)	43	1
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(b)	391	388
Programa de Integração Social - PIS	(c)	25	9
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(c)	103	40
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	(d)	303	163
Total		1.091	757

Circulante

(a) O ativo de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) antecipados corresponde aos montantes recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do Artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.

(b) Corresponde principalmente ao ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo financeiro, registrado com base na Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000.

(c) PIS e COFINS a compensar decorrente do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis nº 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente, das retenções de órgãos públicos e ajuste dos créditos provenientes de encargos de depreciação de máquinas e equipamentos e gastos com materiais aplicados na atividade de prestação de serviços, conforme disposto no Parecer SRFB COSIT nº 27/2008.

(d) Corresponde ao INSS retido sobre os contratos de operação entre a Afluentes T e Itaipue.

7 - Recebíveis de Concessão de Serviço Público (Ativo Financeiro)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora) regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

• O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar;

• O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede;

• Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e

• O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos através da Remuneração Anual Permitida (RAP), parcela garantida pelo poder concedente para remunerar o operador. Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de serviço de transmissão de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão, abrangendo:

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente;

(b) Parcela refere-se a recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicionalmente pela construção, disponibilidade e entrega de rede de transmissão, tem de entregar, direta ou indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. Esses valores são mensurados pelo método de fluxos de caixa futuros estimados de tarifas (RAP), descontados pela taxa interna de retorno do projeto.

(c) Reconhecimento da receita de operação e manutenção em montante suficiente para fazer face aos custos para cumprimento das obrigações de operação e manutenção previstas em contrato de concessão.

(d) Reconhecimento da Receita Financeira sobre os direitos de recebíveis junto ao poder concedente decorrente da remuneração pela taxa interna de retorno do projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ele designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda com vida útil, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido e foi determinada conforme demonstrado a seguir:

	Ref.	31/12/12	31/12/11
Recebíveis	(a)	43.347	44.545
Indenização	(b)	4	2
Total		43.351	44.547

Circulante

(a) Valores de fluxo de caixa futuros projetados descontados a taxa interna de retorno do projeto de parcelas tarifárias correspondentes a remuneração pela infraestrutura (RAP).

(b) Parcela de valores residual de ativos permanentes ao fim do contrato de concessão. A formação dos saldos é como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2011

Adições	3.102
Amortização/reversão	(27.194)
Atualização monetária / valor justo	22.896
Saldos em 31 de dezembro de 2012	43.351

8 - Fornecedores

	31/12/12	31/12/11
Fornecedores		
Energia elétrica	-	8
Partes relacionadas	-	8
Materiais e serviços	3.208	123
Terceiros	2.835	123
Partes relacionadas	373	-
Total	3.208	131

Circulante

9 - Empréstimos e Financiamentos

Composição da dívida	Ref.	Taxa fixeta	Encargos		Principal		Não		Total
			Circulante	Circulante	Circulante	31/12/12	31/12/11		
Moeda nacional									
Banco do Brasil	(a)	4,5% a.a. pré-fixada	7	526	3.465	3.998	4.249		
Total			7	526	3.465	3.998	4.249		

a) O financiamento com o Banco do Brasil com recursos do BNDES (FINAME) foi obtido para a aquisição da Subestação de Energia de 230/69 KV em Afluentes T e está sendo amortizado em 96 parcelas mensais e sucessivas, no período de 15 de agosto de 2012 a 15 de julho de 2020. A remuneração é baseada na taxa pré-fixada de 4,50% a.a. Os juros durante a carência são exigidos trimestralmente do período de 31 de agosto de 2010 a 16 de julho de 2012 sendo de um total de 7 parcelas.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	31/12/12	31/12/11
Total líquido	Total líquido	
2013	-	526
2014	526	526
2015	526	526
2016	526	526
2017	526	526
Após 2017	1.361	1.361
Total obrigações	3.465	3.991
Total	3.465	3.991

A mutação de empréstimos e financiamentos, os quais são integralmente denominados em moeda nacional, está como segue:

	Moeda nacional		Total
	Passivo circulante	Não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	258	3.991	4.249
Encargos	187	-	187
Transferências	526	(526)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(438)	-	(438)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	533	3.465	3.998

O financiamento com o Banco do Brasil apresenta as seguintes garantias: caução de ações dos acionistas, cessão condicional dos contratos, penhor dos direitos relacionados à concessão.

10 - Taxas Regulamentares

	Ref.	31/12/12	31/12/11
Reserva Global de Reversão - RGR		46	75
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		24	21
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(a)	56	259
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE		10	9
Ministério de Minas e Energia - MME		10	-
Total		146	364

Circulante

(a) A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas 5% da Receita Operacional Líquida), com o objetivo de serem aplicados nos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL nºs 300/2008 e 316/2008.

11 - Impostos e Contribuições a Recolher

	31/12/12	31/12/11
Circulante		
Imposto de renda - IR	180	377
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	179	217
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	-	40
Programa de integração social - PIS	20	32
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	91	98
Instituto nacional de seguridade social - INSS	119	71
Imposto sobre serviços - ISS	167	155
Outros	51	37
Total	807	1.027

O Conselho de Administração e/ou Assembleia de Acionistas da Companhia aprovaram a declaração de dividendos intermediários e propostos aos seus acionistas da seguinte forma:

Deliberação	Provento	Valor deliberado	Valor por ação	
			31/12/12	31/12/11
2012				
AGQ/E de 20 de abril de 2012	Dividendos 2011	20.104	0,318681819	
2011				
AGQ/E de 29 de abril de 2011	Dividendos 2010	15.744	0,2495649451	

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido do exercício, destinado, ao pagamento dos dividendos das ações ordinárias "Classe A". O pagamento dos juros sobre o capital próprio está sendo considerado no cômputo do dividendo mínimo obrigatório.

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

	31/12/12	31/12/11
Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido		
Ações ordinárias	63.085	63.085
Total	63.085	63.085

Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado

Lucro líquido do exercício	17.691	21.162
Constituição da reserva legal	(88	



Continuação

(a) Deduções da receita bruta

	Acumulado	
	31/12/12	31/12/11
IMPOSTOS:		
PIS	(232)	(229)
COFINS	(1.072)	(1.050)
ISS	(98)	-
ENCARGOS SETORIAIS:		
Quota para reserva global de reversão - RGR	(642)	(899)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(476)	(345)
Subvenção - conta consumo de combustível - CCC	(2.442)	(2.473)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(304)	(803)
Encargos do consumidor - PROINFA	(1.044)	(718)
Total	(6.311)	(6.517)

15 Custos e Despesas Operacionais

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Acumulado			
	31/12/12		31/12/11	
	Custos dos serviços	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(2)	-	(2)	-
Material	(63)	-	(63)	(60)
Serviços de terceiros	(6.783)	(575)	(7.358)	(5.830)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica - TFSEE	(131)	-	(131)	(191)
Depreciação e amortização	-	-	-	1
Arrendamentos e alugueiros	(6)	(8)	(14)	(6)
Tributos	(16)	(23)	(39)	(59)
Custo de construção da infraestrutura da concessão	(3.102)	-	(3.102)	(5.223)
Outros	(298)	(68)	(366)	(230)
Total custos/despesas	(10.401)	(674)	(11.075)	(11.598)

16 Receita Financeira

	Acumulado	
	31/12/12	31/12/11
Renda de aplicações financeiras	3.054	3.927
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	-	10
Total	3.054	3.937

17 Despesa Financeira

	Acumulado	
	31/12/12	31/12/11
Despesa financeira	(188)	(180)
Encargos de dívida	-	(67)
Variação cambial	-	(7)
Outras despesas financeiras	(149)	(311)
Total	(337)	(558)

18 Saldos e Transações com Partes Relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Empresas	Ref	Natureza de Operação	31/12/12			31/12/11		
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
COELBA	(a)	Energia comprada	-	-	-	-	8	-
		Uso da Rede	1.322	-	11.530	1.178	-	9.555
		Prestação de serviço	2	-	-	-	-	-
		Outros	-	9	(67)	-	-	23
		Total	1.324	9	11.463	1.178	8	9.578
CELPE	(a)	Uso da Rede	27	-	242	26	-	240
		Debêntures - Aplicação/ Emissão	132	-	-	-	-	-
		Total	159	-	242	26	-	240
COSERN	(a)	Uso da Rede	12	-	100	8	-	93
		Debêntures - Aplicação/ Emissão	21	-	-	-	-	-
		Total	33	-	100	8	-	93
TERMOPIRAMBUUCO	(a)	Uso da Rede	5	-	64	6	-	60
		Total	5	-	64	6	-	60
ITAPEBI	(a)	Uso da Rede	4	-	52	5	-	52
		Prestação de serviço	71	-	893	1.309	-	-
		Debêntures - Aplicação/ Emissão	208	-	-	-	-	-
		Outros	-	-	-	1.922	-	893
		Total	283	-	945	3.236	-	945
NEOENERGIA SERVIÇOS		Prestação de serviço	-	373	(4.391)	-	-	(4.148)
		Total	-	373	(4.391)	-	-	(4.148)
BAGUARI I	(a)	Uso da Rede	-	-	5	-	-	4
		Total	-	-	5	-	-	4
AFLUENTE GERAÇÃO		Outros	-	1.077	-	2.336	-	-
		Total	-	1.077	-	2.336	-	-
ÁGUAS DA PEDRA	(a)	Uso da Rede	3	-	37	3	-	22
		Total	3	-	37	3	-	22
Neoenergia S.A.		Dividendos	-	-	-	-	4.415	-
		Total	-	-	-	-	4.415	-
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil		Dividendos	-	-	-	-	115	-
		Total	-	-	-	-	115	-
Iberdrola Energia S.A.		Dividendos	-	-	-	-	427	-
		Total	-	-	-	-	427	-
Outros Minoritários		Dividendos	-	30	-	-	84	-
		Total	-	30	-	-	84	-

(a) Cobrança autorizada pelo ONS contra empresas relacionadas correspondente à RAP.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marco Geovanne Tobias da Silva
Presidente

Gonzalo Pérez Fernandes
Vice-Presidente

Titulares
Jose Maurício Pereira Coelho
Solange Maria Pinto Ribeiro

Suplentes
Jorge Luiz Pacheco
Mario José Ruiz-Tagle Larrain
André Luis Dantas Furtado
Lara Cristina Ribeiro Piau Marques

DIRETORIA EXECUTIVA

Solange Maria Pinto Ribeiro
Diretora-Presidente

Erik da Costa Breyer
Diretor Financeiro e de Rel. c/ Investidores

Solange Maria Pinto Ribeiro
Diretora de Regulação

Solange Maria Pinto Ribeiro
Diretora de Planejamento e Controle

Lady Batista de Moraes
Diretora de Gestão de Pessoas

CONTADORA

Cláudia Almeida Santos Franqueira
CRC MG-068369/0-0-T-RJ

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2012, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, de mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas e balanço social, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2013

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2013

Solange Maria Pinto Ribeiro
Diretora Presidente
Diretora de Planejamento e Controle
Diretora de Regulação

Erik da Costa Breyer
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Lady Batista de Moraes
Diretora de Gestão de Pessoas

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("Afluente T" ou "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

19 Gestão de Risco Financeiro

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações Gerais e Políticas

A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo que foi aprovada pelo Conselho de Administração da holding. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo.

Ainda de acordo com a Política Financeira, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico de proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem rating considerado estável ou muito estável.

Gestão do Capital Social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante os períodos de 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Em 31 de dezembro de 2012, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa - são classificados como mantido para negociação. O valor justo está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.
- Titulos e valores mobiliários - são classificados como mantidos até o vencimento, e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Além disso, os títulos e valores mobiliários também representam os fundos exclusivos compostos por papéis com vencimentos no longo prazo, sendo registrados, a valor justo por meio do resultado, e classificados como destinados para negociação imediata.
- Contas a receber de clientes e outros - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Fornecedores - decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
- Empréstimos e financiamentos - o principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

O quadro a seguir apresenta os valores dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	Ativos (Passivos)			
	31/12/12		31/12/11	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	36.976	36.976	34.728	34.728
Titulos e valores mobiliários	2.249	2.249	2.673	2.673
Contas a receber de clientes e outros	4.569	4.569	4.661	4.661
Passivo				
Fornecedores	(3.208)	(3.208)	(131)	(131)
Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional	(3.998)	(3.998)	(4.249)	(4.249)

CPC 40 Níveis de Hierarquia do Valor Justo:

- Nível 1 - Mercado Ativo: Preço cotado (sem ajustes) em mercado;
- Nível 2 - Sem Mercado Ativo: outros dados além dos cotados em mercado (Nível 1) que podem precificar as obrigações e direitos, direta (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3 - Sem Mercado Ativo: dados para precificação não presente em mercado.

Fatores de risco

- Riscos financeiros
 - Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativas às aplicações financeiras da Companhia. Ainda assim, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2012, aplicações financeiras atreladas ao CDI.

A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS				
Aplicações financeiras em CDI	Queda do CDI	856	642	428

Para o cálculo dos valores nos cenários acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o trimestre seguinte. Para os encargos de dívida foi considerada, no cenário provável, a projeção de taxa de juros divulgada pela BM&FBOVESPA para o período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III a curva foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, foi considerada a projeção do CDI da BM&FBOVESPA para o período no cenário provável, uma redução de 25% no CDI projetado para o cenário II e uma redução de 50% para o cenário III.

• Riscos de liquidez
O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao rating das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos exclusivos para as empresas do Grupo, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária. Em 31 de dezembro 2012 a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 36.908.

A tabela abaixo demonstra o valor contábil dos fluxos de obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos, debêntures e fornecedores, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	2013	2014	2015, 2016 e 2017	2018
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Circulante				
Fornecedores	3.208	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	533	-	-	-
Não Circulante				
Empréstimos e Financiamentos	-	526	1.578	1.361

Riscos operacionais

- Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores relativos ao fornecimento da energia gerada. Este risco é reduzido em função da Companhia manter contratos de fornecimentos de energia com empresas sólidas, sendo seu principal cliente uma empresa relacionada.

- Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo da aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de encargos de sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico - ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

20 Seguros

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir (Nesta nota valores apresentados em Reais - R\$):

Riscos	Consolidado		
	Data da vigência	Importância segurada	Prêmio (R\$)
Riscos Nomeados - Subestações e Usinas	08/10/12	53.507.007	56.951
Responsabilidade Civil Geral - Operações	08/10/12	30.000.000	13.791
Veículos	08/10/12	tabela FIPE	2.722

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes, com as principais apólices descritas a seguir:

Riscos nomeados - subestações e usinas - pela apólice contratada estão cobertos os principais equipamentos das subestações e usinas, com seus respectivos valores segurados e limites máximos de indenização. Tem cobertura securitária básica contra incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra danos elétricos.

Responsabilidade civil geral - cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais da Companhia. O limite máximo de indenização - LMI contratado para a Apólice de Responsabilidade Civil Geral é de R\$ 30.000.000, aplicado por sinistro ou série de sinistros resultantes de um mesmo evento. O limite máximo de indenização - LMI contratado faz parte de uma apólice de seguro coletiva para todas as transmissoras do grupo Neoenergia.

Marco Geovanne Tobias da Silva
Presidente

Jose Maurício Pereira Coelho
Gonzalo Pérez Fernandes
Solange Maria Pinto Ribeiro

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 7 de fevereiro de 2012, sem ressalvas.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2013.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5 "S" RJ